



Informação e Comunicação no século XXI:  
**[Multi]referencialidades**

Organização: Kelley Gasque, Lara Satler,  
Luciene Dias e Simone Tuzzo.

## **Cidadania na perspectiva sistêmica: por um mundo sustentável**

Kelley Cristine Gasque

### **1. Introdução**

O conceito de cidadania, de acordo com Comte-Sponville (2003), relaciona-se ao conjunto de direitos que um cidadão desfruta e dos deveres que lhe cabe. O primeiro dever do cidadão é obedecer à lei e o primeiro direito é o de participar ativamente da elaboração das leis ou das relações de força que tendem a ela. Na interação entre o direito e o dever o sujeito se transforma em cidadão.

Comte-Sponville (2003) ressalta que a cidadania está no bojo das cidades democráticas. O cidadão constitui-se membro de uma cidade na medida em que compartilha as mesmas leis com o outro, isso inclui também o governo. Quando não há democracia, não há cidadania, apenas o sujeito à mercê de alguma coisa.

A democracia é o regime no qual o povo é soberano. Isso significa que o governo e as leis estão dentro do controle da comunidade. Nesse sentido, de acordo com o referido autor, a democracia é um modo de funcionamento, condição de qualquer república.

O viver em uma república não significa, porém, favorecer a condição de cidadania para todos os membros. Isso porque apesar da república ser uma democracia em que todo o poder pertence

ao povo e é exercido por seus direitos, o poder pode ser colocado a serviço dos mais influentes ou numerosos (COMTE-SPONVILLE, 2003). Assim, subjacente ao conceito de cidadania, a geração e manutenção da vida constituem pressupostos para o exercício dela própria.

O tema cidadania, como condição *sine qua non* da humanidade, tem suscitado muitos estudos e pesquisas. Vários pontos de vista, em áreas diversas do conhecimento têm contribuído para a ampliação do referido conceito. Na IV Feira de Comunicação e Informação (Feicom) promovida pela Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade Federal de Goiás (UFG), o conceito de cidadania foi relacionado com acesso à informação, consumo e preservação do patrimônio cultural. Contudo, propomos que o mencionado conceito deve ser compreendido em uma perspectiva sistêmica, abrangendo a ética planetária. Nesse artigo, serão apresentados os trabalhos do GT Cidadania, bem como breve fundamentação para ampliação do conceito.

## **2. Trabalhos apresentados no GT de Cidadania da IV Feicom da UFG**

Apresentamos uma breve reflexão a respeito dos trabalhos do GT Cidadania, fato este que não exclui a necessidade de leitura dos trabalhos na íntegra. Os trabalhos estão disponíveis para leitura após o presente artigo.

A ideia de consumo relaciona-se estritamente com a cidadania na visão de alguns autores. No trabalho intitulado "Consumo e Cidadania: relações atuais", Cruz (2009) discute o papel que o consumo desempenha no acesso aos direitos que compõem a cidadania. A discussão de Cruz (2003) fundamenta-se no pressuposto que o consumo transcende o produto físico, abrangendo

os valores simbólicos agregados, os quais podem comunicar capital social, cultural, obtendo reconhecimento ou rejeição. Ou seja, “o consumo admite um papel cultural de representação cidadã”.

Simão (2003) centra-se na convergência entre “Consumo, comunicação e cidadania”, em que a posse de um determinado bem insere o cidadão como parte de um grupo social. Assim, o consumo identifica-se com o poder social. Os objetos de desejo dos consumidores, muitas vezes, são aqueles construídos e divulgados pelas mídias. Os indivíduos não preocupam-se em reivindicar os direitos de cidadania, mas a posse de objetos, os quais permitem a inclusão social.

Normando (2009), autora do artigo “Cidadania e Consumo: faces da mesma moeda”, corrobora Cruz (2009) e Simão (2009) ao enfatizar que a cidadania relaciona-se com o que o cidadão usa ou precisa usar para viver socialmente, isto é, com o que ele consome. Nessa perspectiva, a mídia “ensina a viver em sociedade”, exibindo comportamentos, jeitos de vestir, agir e pensar, norteando o indivíduo para aquilo que é aceitável ou bem-visto na sociedade.

O papel da mídia é informar. Com a emergência e consolidação das novas tecnologias da informação e comunicação, vários territórios e novas culturas influenciam a produção, comunicação e disseminação da informação, e conseqüentemente o comportamento humano. Nessa linha de discussão, Aguilar (2009), no artigo intitulado “A Globalização da informação como fonte de identidade / diversidade cultural: o papel do profissional da informação” identifica o fenômeno

da globalização como catalisador das culturas contemporâneas. O papel do bibliotecário, como mediador, abrange o acesso à vasta quantidade de informação, com o olhar na identidade cultural da comunidade.

Sousa (2003) trata da construção da cidadania sob a ótica dos indivíduos que disseminam informações. Para o autor, o grande acesso às novas tecnologias tem propiciado o surgimento de muitas notícias, em que os produtores de informação não são somente repórteres, mas cidadãos comuns. O modelo participativo possibilita a ampliação das múltiplas fontes de informação, o que permite contemplar outras vozes da sociedade.

Outro sentido do conceito de cidadania relaciona-se à necessidade de preservação do patrimônio cultural de uma sociedade. Santos (2009) propõe, em seu trabalho “Estudo do tratamento técnico das obras raras da Biblioteca Central da UFMT: uma proposta de manualização para critérios de raridade bibliográfica”, uma síntese do conceito de obras raras e a construção de uma metodologia que busca maior rigor no tombamento dessas obras na Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso.

Nessa mesma perspectiva, Feitosa (2009) discute a importância das regras e métodos específicos para a análise de fotografias do Museu histórico de Rondonópolis- MT. A preservação e o acesso do patrimônio cultural possibilitam a compreensão da trajetória histórica de um povo e a consolidação de uma identidade.

Os trabalhos apresentam questões relevantes, mas observamos que os autores inscritos no GT Cidadania parecem relacionar o conceito ao paradigma antropocêntrico, em que o homem está

no cerne do processo, podendo usufruir dos bens universais como melhor lhe convier. Contudo, precisamos compreender que nossa existência está condicionada a certas características universais, que não podem ser destruídas, sob o risco de esgotar a vida no planeta Terra. Assim, a discussão da cidadania, na abordagem sistêmica, deve abranger a geração e manutenção da vida e da Terra.

### **3. Cidadania: por uma abordagem sistêmica**

Em meados de 1950, o biólogo Bertalanffy propôs a teoria sistêmica, em que o todo é formado pelo conjunto de elementos interdependentes e interconectados que interagem com objetivos comuns. Por sua vez, cada elemento funciona como um sistema. Nesse caso, o resultado extrapola a soma dessas unidades.

Capra (2001) endossa, em sua obra "A Teia da Vida", a necessidade de adotarmos uma visão holística ou visão ecológica. Nesse paradigma, os homens são parte da imensa teia da vida, composta por vários sistemas - universo e seres vivos que o habitam - em que cada elemento interdepende e se interliga com outros elementos, construindo uma rede dinâmica de fenômenos.

Morin (2000) ressalta que apesar de sermos originários do cosmo, da natureza e da vida, pelo fato de termos construído a nossa cultura, mente e consciência, tornamo-nos estranhos a este cosmos. Por isso, precisamos aprender a viver no planeta Terra, considerando que a nossa identidade genética, cerebral e afetiva se desenvolve no seio da vida, na qual a Terra é

matriz e nutriz. Isso requer que a humanidade desenvolva a consciência antropológica, que reconhece a unidade na diversidade; a consciência ecológica, a compreensão que habitamos com todos os seres mortais o mesmo espaço; a consciência cívica terrena como responsabilidade e solidariedade para com os filhos da Terra; e por fim, a consciência espiritual da condição humana que decorre da complexidade de nossos pensamentos, permitindo a crítica mútua e a auto-crítica.

Nesse contexto, em que questiona-se sobre como devemos viver, a ética planetária deve ser a bússola que orienta a humanidade. Nossa sobrevivência, como seres humanos, depende da forma como tratamos nossos semelhantes e demais seres vivos, considerando a terra nossa fonte de energia. Tal admoestação é pertinente e urgente, na medida em que vivenciamos a destruição da natureza, o fortalecimento da cultura da violência e da exclusão, o crescente risco financeiro global, as diferenças entre as gerações e o grande uso de drogas, os limites trazidos pela pressão demográfica e as crises paradigmáticas da ciência e da ética.

As conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, Paris, 2007) e do COP 15<sup>1</sup> (*United Nations Climate Change Conference*, Copenhagen, 2009), reportaram a necessidade urgente de transformações radicais em sistemas complexos como os processos de produção, as redes de transporte, as matrizes energéticas, as governanças pública e privada (incluindo suas dimensões sociais e econômicas), nos modelos educacionais sob o risco de destruição do nosso planeta.

Isso implica a adoção de uma nova forma de viver, baseada na cidadania terrestre, em busca da sustentabilidade. Essa antro-po-ética “é a consciência individual além da individualidade” (MORIN, 2000). Nesse sentido, Tescarolo e Gasque (2007, p.39) destacam a necessidade de todas as instâncias da sociedade assumirem a “responsabilidade social e planetária, estabelecendo um novo contrato de solidariedade em favor da Terra, da Vida e da Humanidade”, em especial os profissionais das áreas de informação, educação e comunicação, os quais devem ter formação adequada para abordarem essas questões.

#### **4. Conclusões**

Os congressos, seminários e encontros são importantes agentes de comunicação entre os pares. Por meio deles, podemos verificar o estado da arte ou temas emergentes em determinada área do conhecimento. A Feira de Comunicação e Informação, promovida pela Facomb/UFG constitui-se importante espaço para intercâmbio de ideias nas áreas de informação e comunicação. Os trabalhos inscritos no GT Cidadania mostram que as questões de maior relevância para cidadania estão relacionados ao consumo, ao acesso à informação e preservação do patrimônio cultural. Esses temas, por sua vez, refletem o paradigma antropológico vigente no conceito de cidadania.

Nesse sentido, propomos compreender a cidadania, inserida em uma visão sistêmica, a qual remete à ética planetária. Isso porque não existe cidadania sem vida. A consciência da nossa condição humana, como parte de um sistema, constitui-se assunto relevante a ser apreendido



por toda a humanidade. O papel das instituições de informação e comunicação é o propiciar conhecimento para desenvolver a consciência sobre a cidadania planetária. O que requer, por sua vez, uma formação específica para esses profissionais.

## Referências Bibliográficas

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 6.ed. São. Paulo: Cultrix, 2001.

COMTE-APONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MORIN, EDGAR. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000.

TESCAROLO, Ricardo; GASQUE, Kelley Cristine G. D.Complexidade, currículo e ética: o parto de um novo mundo. **Revista Diálogo Educacional** (PUCPR), v. 7, p. 39-52, 2007.

---

## Notas

<sup>1</sup>OP 15 - United Nations Climate Change Conference. Copenhagen, dezembro de 2009. Disponível em <<http://en.cop15.dk/blogs/climate+thinkers+blog>> .